

-6 JUN 1984

O Orçamento para 1985

JUN 1984
PARTIDO BRASILEIRO

Já estão sendo coligidos pelos órgãos centrais dos Ministérios, ligados ao sistema de orçamento, comandados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os dados preliminares para a elaboração da proposta da lei de meios que o Governo Federal, por imposição constitucional, está obrigado a remeter ao Congresso Nacional até o dia 30 de agosto de cada exercício.

A mensagem presidencial do corrente ano tem uma particularidade toda especial. Ela encaminhará o Orçamento da União que deverá servir de base financeira para o primeiro ano de mandato do sucessor do presidente Figueiredo.

Por tradição ou por acomodação os prazos fatais para a tramitação administrativa e parlamentar ainda se distanciam no tempo, com uma antecipação que o processamento de dados faz inadmissível, fazendo com que a proposta do Executivo seja votada já com uma defasagem de meio ano. As matrizes já se encontram digitadas, havendo tão-só a necessidade de atualizar os números de cada rubrica. O orçamento é gregoriano, entrando em vigor a 1º de janeiro de cada ano. Os valores que incorpora, no entanto, são ta-

bulados a partir de maio do ano anterior.

A azáfama em todos os Ministérios, por conseguinte, neste último fim de semana fez vários blocos da Esplanada dos Ministérios permanecerem com as respectivas luzes acesas até altas horas. Os escalões superiores de cada secretaria de Estado foram mobilizados e as discussões, os cortes e as queixas são muitas.

O projeto de lei que estima a receita e fixa despesas para o exercício de 1985 vai apresentar características muito próprias. Além de ser documento preparado por um Presidente para ser aplicado por outro, avultam outros aspectos. O nível da inflação com seus índices resistindo a todas as medicações das autoridades financeiras faz projeções inquietantes quanto aos volumes da despesa pública em 1985. Mais ainda, o endividamento externo está fazendo cair a patamares mínimos os investimentos externos no País. Como é sabido o crescimento do País teve, até aqui, na alça externa, o grande fator de crescimento econômico. Na falta deste mister se faz otimizar as aplicações via orçamento público o que vem ocorrendo no momento, com trabalhos dobrados na administração para dar conta da tarefa de distribuir as quotas deferi-

das a cada ministério com vistas ao constrangimento da formação do "déficit" orçamentário.

Existem fatores críticos a serem observados não apenas quanto à austeridade nos gastos, mas, principalmente, quanto à eficiência dos investimentos a serem feitos. Também o problema ético de final de governo, pondo de lado o adiamento de novas obras, considerando estas últimas diante das necessidades efetivas do País.

Os programas de saúde, educação, saneamento básico, comunicações, produção, transporte e energia, para mencionar apenas alguns dos mais expressivos, apresentam custos multiplicados. A essencialidade das aplicações somente pode ser avaliada em função da abrangência de seu significado. O limite das verbas não poderá jamais impor limitações à essencialidade de um programa.

E é exatamente dentro dessa visão crítica que se inquietam os administradores que ora estão encerrando a elaboração primária da lei de meios para submetê-la aos estágios conclusivos do preparo da Mensagem Presidencial.

Afinal, 1984 vai se encerrar com a realização de um orçamento que consumirá perto de Cr\$ 35 trilhões. E como será o orçamento de 1985?